



## A construção da memória e o legado dos romances-reportagem de José Louzeiro

José Ferreira Junior<sup>1</sup>  
Universidade Federal do Maranhão

Anderson Roberto Corrêa Pinto<sup>2</sup>  
Universidade Federal do Maranhão

**Resumo:** As marcas da repressão do regime civil-militar no Brasil ainda não se apagaram, de todo, no que diz respeito ao legado político de duas décadas de autoritarismo e, menos ainda, foram mapeadas todas as vozes dissonantes, na mídia e nas artes, do discurso dos governantes civis e militares. O escritor José Louzeiro foi uma dessas vozes, expressando-se por intermédio de romances-reportagem, *Infância dos Mortos* e *Aracelli, meu amor*, que tinham por foco a violência contra crianças e adolescentes no Brasil, além de serem peças de valor literário, sobretudo, pela ênfase no testemunho e na experimentação. O objetivo central deste artigo é examinar a temática sobre a qual o jornalista se debruçou nos anos de maior repressão política no Brasil, à luz dos teóricos que se dedicam a interpretar como se procede a construção da memória individual e coletiva e, também, o quanto há de disputa pela consolidação da narrativa preponderante.

**Palavras-chave:** Memória; Narrativa; Regime Civil-Militar; Romance-reportagem.

---

<sup>1</sup> Doutor em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP. É professor de Jornalismo do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da UFMA. É autor de *Capas de jornal: a primeira imagem e o espaço gráfico visual* (Senac-SP).

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós Graduação em Cultura e Sociedade. Graduado em Comunicação Social - Jornalismo (UFMA) e em Letras (UEMA). Bolsista Capes.

## 1. Introdução

Compreendida entre os anos de 1964 e 1974, a fase mais negra da ditadura civil-militar no Brasil é entendida por Bosi (1994) como um divisor de águas da literatura nacional, em que se destaca o gênero romance-reportagem, cujos textos são marcados por um forte teor de denúncia, resistência e documentação desse momento autoritário e violento no país. Para fazer esse diagnóstico do cenário político, social e econômico brasileiro, escritores dessa literatura optaram por mergulhar profundamente na realidade da qual eram testemunhas. Podemos observar que a construção de suas narrativas é influenciada diretamente pela prática jornalística a qual estavam acostumados. Como afirma Cosson (2002), essa nova postura leva a um “novo padrão jornalístico no Brasil”, em que se favorece uma linguagem literária influenciada diretamente pelo discurso do jornalismo e, ainda, pela cultura massiva. Segundo Hauser (2000), o realismo social passou a captar – a partir da observação e da recriação detalhada do cotidiano – os costumes e a linguagem das ruas, trazendo-os para o campo da ficção.

O escritor e jornalista maranhense José Louzeiro, por exemplo, ao longo de sua trajetória profissional, sempre manteve contato com figuras marginalizadas da sociedade, o que proporcionou a elaboração de obras como *Infância dos Mortos*, publicada em 1977. A narrativa retrata a triste história de crianças e adolescentes em situação de risco, quase sempre moradores de rua, e o trágico fim de alguns deles. Esse cenário o leva a participar de um grupo que Antonio Cândido (1989) denomina de “geração da repressão”, em que tendem a um realismo feroz, cujos “romances mais parecem reportagens” e os textos são “feitos com a justaposição de recortes, documentos, lembranças, reflexões de toda a sorte” (1989, p. 209).

Entendendo, portanto, essa produção escrita como documentos e testemunhos de uma época, servindo como instrumentos de denúncia, pretendemos, com este artigo, revisitar o papel dessa literatura engajada, na figura do jornalista e escritor José Louzeiro, uma expressão de resistência àquele período de exceção. Os romances-reportagem configuram uma resistência à doutrina de segurança nacional, a qual aplicava, com afinco, o “exercício de uma vigilância cerrada sobre todos os setores da sociedade, visando

detectar e punir toda e qualquer tentativa explícita ou implícita de ‘subversão’ à ordem instaurada”, como afirma Maria Aparecida de Aquino (1999, p. 15).

Dessa forma, compreende-se que tal literatura, muitas vezes subjulgada pela crítica literária, foi e ainda é uma importante ferramenta de afirmação da memória coletiva, haja vista que a partir dela conhecemos o outro lado da história, para além da versão oficial contada pelos militares e pela mídia que apoiava o regime oriundo de um golpe civil-militar, muito embora os órgãos de imprensa tenham se distanciado desse legado e, até mesmo, se arrependido de tal apoio recentemente, quando o cenário político já não permite soluções de força como a que se desenrolou em 1964.

O aspecto mais importante a problematizar, sobre a memória desse período, é que a literatura de testemunho, instrumento com o qual escritores trabalharam nos anos de censura mais intensa, ganhou novos narradores com a redemocratização, deixando na fronteira do esquecimento, autores da importância de José Louzeiro, havendo atualmente uma sobreposição de narrativas, hierarquizando-se as falas acerca da repressão sofrida por guerrilheiros, jornalistas da mídia-empresa, políticos lançados ao ostracismo, etc.

No que tange à temática sobre a qual se debruçou Louzeiro – a infância desamparada –, a Constituição de 1988 e o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) representam marcos de uma conquista, em cujos alicerces há uma contribuição, efetiva, da literatura de testemunho, da qual faz parte o romancista maranhense.

## **2. Memória e resistência**

O medo, as torturas, os assassinatos, as mentiras, elementos que permearam a ditadura civil-militar no Brasil, entre 1964 e 1985, renderiam uma boa história para um livro de cabeceira. E de fato renderam. Foram centenas de livros lançados que registram a grande agitação política vivida no país e as consequências do predomínio da chamada “linha-dura”, sobretudo durante o intervalo de 1968 a 1974. Os militares tentaram disseminar, paralelamente, a ideia do “milagre econômico”, registrado de 1968 a 1973 durante o governo Médici, quando a economia chegou a crescer 11,9% e a renda per capita dos brasileiros aumentou em 50%. A ampla divulgação desses dados e a forte propa-

ganda governamental resultaram no acobertamento de grandes problemas sociais, das perseguições, torturas e mortes de vozes da oposição, armada ou não, ao governo.

É com o decreto do Ato Institucional Número 5 (AI-5) que a situação se agrava. O chamado “golpe dentro do golpe”, baixado no dia 13 de dezembro de 1968 dá início aos “anos de chumbo”. Nesse período, a censura recaiu sobre jornalistas e escritores, agora institucionalizada pelo decreto, que impedia que reportagens, entrevistas e, até mesmo, produtos artísticos (livros, peças de teatro e filmes, por exemplo) que contrafizessem a “segurança nacional” e a “ordem e o decoro público”. Barbosa (2007, p.189.) afirma que “o argumento usado pelo Governo para a instauração da censura coloca em evidência o papel que se atribui naquele momento aos meios de comunicação: além de informar, estes deveriam ‘orientar’ a população, tutelados pelo Executivo”.

Muitos jornalistas foram impedidos de cumprir seu papel: informar livremente seus leitores acerca do que ocorria no Brasil. A partir de então, o governo cria órgãos destinados ao controle de dados e informações, entre eles o Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP), setor do Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP), coordenado pelo Ministério da Justiça, responsável pelo exercício da censura prévia. O alvo eram as áreas de diversão que influenciavam fortemente a opinião pública. Ficam, assim, à mercê dos órgãos de repressão programas de televisão, rádio, cinema, teatro, espetáculos públicos e músicas. Surge também o Departamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), responsável pelos sucessivos abusos, entre os quais, ameaças a jornalistas, além de prisões, torturas e até a morte de profissionais da imprensa.

Os mais atingidos, no caso dos veículos de informação, foram os participantes da denominada “imprensa alternativa” ou “imprensa nanica”, que surge, como bem mostra Kucinski (2003, p. 16), “da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade”. Para o autor, essa vertente do mercado jornalístico pode ser entendida “como uma das últimas grandes manifestações da utopia no Brasil”. Pelo menos 150 periódicos “que tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar” nasceram e morreram entre 1964 e 1980 no país (KUCINSKI, 2003, p. 13). Essa imprensa alternativa,

com jornais e revistas de vida curta ou média, se propôs a indagar, duvidar, favorecer o diálogo sobre a realidade brasileira.

Paralelamente à imprensa nanica, surgem produtos da grande imprensa que também buscavam abordar temáticas, pouco (ou nada), agradáveis para o governo. Entre elas, a mais expressiva é *Realidade*. Lançada em 1966 e dirigida por Paulo Patarra, a revista foi uma publicação mensal da editora Abril que documentou transformações pelas quais o Brasil passava, preocupando-se em explorar e “discutir temas desconfortáveis para certos padrões de moral (liberdade sexual), aborto, homossexualidade, prostituição” (BULHÕES, 2007, p.143). Apesar de pertencer ao grupo Abril, *Realidade* tinha uma redação alternativa e, de acordo com o relato de Faro (1999, p. 4), “guardou estreita relação com o discurso transgressor produzido em meados dos anos 60 e que abarcou, em sua formulação, a ordem dos valores burgueses conservadores, a ordem do Estado e a ordem da estrutura social”.

O romance-reportagem foi um desdobramento dessa vertente, produzido por jornalistas que já não encontravam mais espaço nas redações dos jornais para abordar tais assuntos, ou mesmo questões atinentes ao universo da política. A revista *Realidade* já era afeita à nova estética do *new journalism*, consagrada por repórteres como Gay Talese, Truman Capote e Tom Wolfe. Essa corrente surge nos Estados Unidos com a intenção de romper com o tradicionalismo e rigidez das técnicas de produção textual, aproximando-se da tradição do jornalismo literário, primeiramente com publicações periódicas, como a revista *Realidade*, no Brasil, e posteriormente com o livro-reportagem. Para Lima (2009), as redações dividiam-se entre os jornalistas que se envolviam na produção de matérias quentes, do dia-a-dia, e aqueles que buscavam o interesse humano para o *feature*, ganhando, assim, liberdade para experimentar o jornalismo literário.

Cosson (2007) ressalta que essa tradição de comunicação entre literatura e jornalismo será retomada mais uma vez na década de 1970 com o surgimento do romance-reportagem. Segundo o autor:

Os jornalistas encontraram um meio de usar a criatividade e o senso artístico sem as constrações dos preceitos técnicos, um caminho para manter a liberdade de uma linguagem sem manuais e uma dimensão maior para a missão de denunciar a miséria social (COSSON, 2007, p. 103).

O escritor José Louzeiro, quando elabora o romance *Aracelli, meu amor – Um anjo espera a justiça dos homens* (1976), busca preencher, com o livro-reportagem, as lacunas deixadas pelo jornalismo diário. O texto vai além da notícia, torna-se denúncia e de resistência ao regime draconiano, de censura prévia, de violência repressiva e de caça aos inconformados. Em *Aracelli, meu amor*, o autor conta os desdobramentos do assassinato da menina Aracelli Cabrera Crespo, de nove anos de idade, ocorrido em Vitória, no Estado do Espírito Santo, no ano de 1973. O crime possibilita, ao jornalista, denunciar uma rede de exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes, associada ao abuso de poder, ao tráfico de drogas, à corrupção e à impunidade. Entende-se que os fatos ocorridos na capital capixaba traduzem um processo mais amplo.

Para Ferreira (2003), José Louzeiro “(re)constrói-organiza o real de uma maneira em que se observam nitidamente os primeiros movimentos articulados na sociedade para o gênero de combate contra o regime e as classes dominantes” (p. 200). Revelar esse crime e o envolvimento de aliados da ditadura, ainda que em tom ficcional, credita ao autor uma postura de resistência, uma vez que nesse cenário de autoritarismo “(...) qualquer revelação (...) tinha seu valor como arma no combate.” (FERREIRA, 2003, p. 305).

Percebemos as consequências desse cenário, em que de um lado encontramos o autoritarismo militar através da censura, da imposição de normas de conduta e do cerceamento de direitos, e do outro a resistência a todo tipo de tolhimento, que ressonaram para além daquele período de ditadura. Muito porque jornalistas de todo o país empenharam-se em relatar a realidade social e política, construindo, desse modo, uma memória coletiva sobre o processo político vivido no Brasil. Uma memória histórica, mas, sobretudo jornalística, que não deixa cair em esquecimento fatos incômodos aos governantes da época, sendo que essas narrativas apontam, também, para a resistência cultural, discrepando do discurso predominante na mídia, cuja prática da autocensura era comum nesse período.

Como afirma Hohlfeldt (2005), “a história do Brasil é a história da censura a seus meios de comunicação”, o que acontece desde o tempo do Império, quando o jornal que circulava pela corte era da Imprensa Oficial de D. João, divulgando o que queria sobre seu reinado. Cabe-nos ressaltar as palavras de Ciro Marcondes Filho, quando diz

que “informação, em qualquer nível da sociedade é sinônimo de poder”, assim, entende que “o controle da informação, leva ao controle da sociedade”, visto que “sem informação, a oposição não tem nenhuma periculosidade para mobilização” (MARCONDES FILHO, 1986, p. 100).

É a partir daí que veremos, na atuação dos livros-reportagem, o intuito de vencer o controle e o silêncio forçado ser um objetivo logrado. Novas versões dos acontecimentos ganham as páginas dos livros; a memória é documentada. E sendo documentada torna-se história. Entendemos que o jornalista tem um papel social e histórico nesse momento: o de registrar fatos e construir a memória, deixando as marcas de uma representação. Para Barbosa (2004, p. 9), “a memória se dá num contexto preciso, já que não é uma atitude individual, mas social e num tempo também de natureza social”.

Maurice Halbwachs discorre em sua obra “A memória coletiva” (2006) que a memória individual existe em função de uma memória coletiva, ao passo que as lembranças individuais necessitam do meio social para garantir sua existência. As pessoas com quem se viveu uma experiência compartilharam das mesmas lembranças e se tornaram “testemunhos” necessários para confirmar ou recordar uma lembrança. Para o sociólogo, o reviver o passado é possível a partir dos empréstimos das lembranças do outro, que por sua vez completará nossas lembranças, pois nossa memória está limitada em um tempo-espaço, possibilitando nos lembrar somente do que vimos, ouvimos, sentimos ou fizemos.

Dessa forma, a memória individual dá-se a partir de um ponto de vista sobre a memória coletiva, considerando as flutuações, transformações e mudanças constantes. Para ele, a memória coletiva pode ser dominante, compartilhada ou ainda memória dominada. Essa linha de pensamento nos leva a compreender que o jornalista é uma representação do sujeito detentor dessas memórias, posto que suas reflexões a partir de uma experiência individual traduzem o coletivo, logo sua memória individual faz parte de uma memória coletiva. Assim, concordamos com Barbosa (2004, p. 1) quando afirma que “a ação do jornalista é, sobretudo, de natureza memorialística, já que a memória é uma operação do presente e conformadora da própria identidade”.

### **3. O legado e a narrativa: o enfrentamento das memórias**

Os jornais e revistas que lemos hoje dão provas do que realmente foi o período do autoritarismo militar no Brasil. Os romances-reportagens, mais ainda, foram uma arma utilizada para combater a censura nas redações, apesar de muitos livros terem caído na malha fina dos censores. *Aracelli, meu amor*, que já mencionamos, está entre centenas de obras censuradas durante os dez anos de vigência do AI-5. Reimão (2014) comenta ainda que, após o fim da censura, foi encontrado um acervo documental da antiga Divisão de Censura de Diversões Públicas no subsolo do Arquivo Nacional. Segundo levantamento, realizado por funcionários do Arquivo, há registros de cerca de 490 livros e 97 revistas submetidas ao DCDP.

A memória jornalística é, portanto, uma ferramenta dentro do universo midiático, para a revisão do passado (e para uma perspectiva do presente). Essa questão de reinterpretção dentro de um contexto atual é reforçada por Le Goff (1990), ao se considerar a memória como capaz de conservar informações ou impressões que compreenda como passadas e atualizá-las. Ressaltamos que, na rotina jornalística, os profissionais de imprensa fazem o refinamento dos temas que serão abordados no produto jornalístico, observando os critérios de noticiabilidade.

Complementando, Barbosa (2004) afirma que a memória é parte essencial do trabalho jornalístico, porque quando realiza o processo de seleção do que é noticiável em detrimento do que deve ser esquecido “os meios de comunicação reconstroem de maneira seletiva o presente, construindo a história desse presente e fixando para o futuro o que deve ser lembrado e o que precisa ser esquecido” (2007, p. 108).

Sabe-se que na narrativa jornalística encontra-se uma mescla de objetividade e subjetividade, visto que nesse processo de seleção de dados não se descartará a possibilidade do autor colocar suas impressões sobre o fato, escolhendo divulgar o que mais lhe convém, uma superação do jornalismo como espelho da realidade, teoria esta que consiste em julgar o trabalho do repórter como reprodução fidedigna da realidade social, pautada na objetividade absoluta dentro de preceitos positivistas. Barbosa (2004) aponta que essa construção do acontecimento noticiado é seletiva.



Ao selecionar o fato, transpondo-o do lugar da normalidade para o da anormalidade, transformando-o em acontecimento, e ao escolher a forma da narrativa, o jornalista está constituindo o próprio acontecimento e criando uma memória da atualidade. Uma memória que obedece a critérios subjetivos e engendra a questão do poder. Assim, ao selecionar o que deve ser notícia e o que vai ser esquecido, ao valorizar elementos em detrimento de outros, a mídia reconstrói o presente de maneira seletiva, construindo hoje a história desse presente e fixando para o futuro o que deve ser lembrando e o que precisa ser esquecido (BARBOSA, 2004, p. 4).

Le Goff (1990) argumenta ainda que a memória é também um instrumento de poder. Convém, portanto, destacar que a memória coletiva organizada estimula as disputas para determinar o que de fato será registrado como oficialmente ocorrido, configurando uma representação legítima. Nesse ambiente, vemos a criação de uma memória burlada por interesses de um grupo em detrimento de outro, pois o discurso jornalístico é visto como relato, no domínio, do que seja factual. “Não existe possibilidade de invenção da realidade no mundo do jornalismo, em função de ser atribuída aos produtores desse discurso à outorga de poder realizar, somente, um discurso tido como verídico” (Barbosa, 2007, p. 109).

Ainda que haja manipulação do Estado na construção dessas notícias que chegam ao leitor, são essas as notícias que constituirão a memória social ou pelo menos formarão um senso comum sobre esse determinado tempo da história brasileira, influenciando de certa forma a construção da identidade nacional. Ou seja, na trilha seguida por Le Goff (1990, p. 477), “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva”.

Negando essa história, os livros-reportagens surgem como contestadores dessa realidade desenhada pelos civis e militares, governantes e apoiadores do golpe de estado. Esses escritores/jornalistas inseriram sua visão sobre o processo sociopolítico brasileiro e, mesmo 30 anos após o fim da ditadura militar, permitem rever o nosso passado com viés crítico. Com base no juízo de que “pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando com as percepções imediatas, como também empurra, ‘descola’ estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência” (BOSI, 2003, p.36), entendemos que esses livros, com grande valor testemunhal e rastro da memória, possibilitam que a sociedade questione, reflita e resista a situações semelhantes no presente vivenciadas em tempos pretéritos.

Como pontua Cosson (2007), não é sem razão que os romances-reportagem deste e de outros jornalistas que se empenharam em produzir textos do gênero buscavam abordar casos policiais mal resolvidos ou mal esclarecidos pela grande imprensa. Estes livros tornam-se espaços de liberdade e como outros meios culturais de resistência e de denúncia, não negligenciaram as emergências da época.

O filósofo Ricoeur (2007) entende a memória sobre dois pontos distintos, mas complementares. Primeiro, a memória possibilita trazer o passado de volta para que possamos tirar lições dele, e segundo, fazer com que o futuro, através desta revisitação ao passado, não repita os erros anteriores. Narrar o passado é tirar do esquecimento as vítimas. “O dever de memória é o dever de fazer justiça, pela lembrança, a um outro que não o si” (RICOEUR, 2007, p. 101).

Deste modo, considerando o trabalho do escritor maranhense José Louzeiro, compreendemos que ademais de revisitar sua narrativa, é importante também lançar novos questionamentos sobre sua produção (reflexo do período do regime de exceção no Brasil), dimensionado-a no legado da literatura de resistência e da formação da memória do país nos últimos 50 anos, examinado-a, ainda, na perspectiva de trabalho experimental, um aspecto que domina os estudos e a crítica literária desde o Romantismo no século XIX.

## Referências

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa, estado autoritário (1968-1978)**. Bauru: EDUSC, 1999.

BARBOSA, Marialva. Jornalistas, “senhores da memória?”. IN: **XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Porto Alegre/RS, 30 de agosto a 3 de setembro de 2004. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2004/resumos/R0165-1.pdf>. Acesso em: 05 de fev. 2016.

\_\_\_\_\_. **História cultural da imprensa – Brasil: 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BULHÕES, Marcelo. **Jornalismo e literatura e convergência**. São. Paulo: Ática, 2007.

CANDIDO, Antonio. A nova narrativa. In: **A Educação Pela Noite e Outros Ensaios**. São Paulo: Ática, 1989.

COSSON, Rildo. Romance-reportagem: o império contaminado. In: CASTRO, G. de; GALENO, A. (Org.). **Jornalismo e literatura: A sedução da palavra**. São Paulo: Escrituras, 2002.

\_\_\_\_\_. **Fronteiras Contaminadas: literatura como jornalismo e jornalismo como literatura no Brasil dos anos 1970**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2007.

HAUSER, Arnold. 2000. **História social da arte e da literatura**. São Paulo: Martins Fontes.

FARO, José Salvador. **Revista Realidade**, 1966-1968. Porto Alegre, Ulbra/AG, 1999. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ensinodareportagem/artigos/revistarealidade.pdf>. Acesso em 17 ago 2015.

FERREIRA, Carlos Antônio Rogé. **Literatura e jornalismo, práticas políticas: Discursos e Contradiscursos, o Novo Jornalismo, o Romance-reportagem e os Livros-reportagem**. São Paulo: Edusp, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. 4. ed. Barueri: Manole, 2009.

LOUZEIRO, José. **Infância dos mortos**. São Paulo: Record, 1977.

\_\_\_\_\_. **Aracelli, meu amor**. São Paulo: Prumo, 2012.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Quem manipula quem? Poder e massas na indústria da cultura e da comunicação no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1986.

REIMÃO, Sandra. **Mercado editorial brasileiro**. São Paulo: Com-Arte, FAPESP, 1996.

\_\_\_\_\_. Proíbo a publicação e circulação... - censura a livros na ditadura militar. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 75-90, abr. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v28n80/08.pdf>. Acesso em 17 de maio de 2015.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauri, 2006.

HOHLFELDT, Antônio. **Comunicação, sociedade e memória: O que a censura nos tira mais?** In: BRAGANÇA, Aníbal & MOREIRA, Sônia Virgínia (orgs.). **Comunicação, acontecimento e memória**. São Paulo: Intercom, 2005, p. 37-49.